

COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO RELATIVA À ÁREA DE MEIO AMBIENTE
DIPLOMAS LEGAIS RECENTES
SETEMBRO DE 2019
DIPLOMAS LEGAIS VIGENTES

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Resolução Nº 79, de 21 de agosto de 2019, Presidência da República. Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos. Opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI pela inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND das unidades de conservação Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Parque Nacional de Jericoacoara e Parque Nacional do Iguaçu, para fins de concessão da prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, à conservação, à proteção e à gestão das unidades. Fonte: Sinopse, nº 143, de 03 de setembro de 2019.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
GESTÃO AMBIENTAL

Decreto nº 9.939, de 24/07/2019. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
GESTÃO AMBIENTAL

Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº54, de 15/07/2019. Revoga dispositivos da Portaria Normativa nº1.887, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para mitigação dos riscos operacionais à aviação decorrentes de perigo aviário nos aeródromos e suas imediações. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

GESTÃO AMBIENTAL

Portaria MManº307, de 30/04/2019. Aprova Programa Nacional Lixão Zero. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 134, Abril de 2019.

INVENTÁRIO, MANEJO E PRODUÇÃO DE ESPECIES DA FLORA NATIVA E EXÓTICA

INVENTÁRIO, MANEJO E CONSERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO E DA FLORA
Resolução nº 21, de 7 de agosto de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Estabelece forma de cumprimento da exigência de apresentação de Relatório de Atividades, e dá outras providências. Fonte: Sinopse, nº 153, de 18 de setembro de 2019.

INVENTÁRIO, MANEJO E PRODUÇÃO DE ESPECIES DA FLORA NATIVA E EXÓTICA

INVENTÁRIO, MANEJO E CONSERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO E DA FLORA
Resolução nº 22, de 7 de agosto de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Altera a Resolução CGen nº 09, de 20 de março de 2018, para estabelecer a forma alternativa de identificar o

patrimônio genético ou o conhecimento tradicional associado. Fonte: Sinopse, nº 153, de 18 de setembro de 2019.

GESTÃO AMBIENTAL

Portaria nº 3.326, de 12 de setembro de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Altera o Regulamento Interno de Fiscalização Ambiental aprovado pela Portaria nº 24, de 16 de agosto de 2016. Fonte: Sinopse, nº 152, de 17 de setembro de 2019.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E BACIAS HIDROGRÁFICAS

Decreto nº 9.954, de 05/08/2019. Dispõe sobre a qualificação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E BACIAS HIDROGRÁFICAS

Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 04/09/19.

BIOÉTICA

Lei nº 13.873, de 17.9.2019. Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 18/09/19.

DIPLOMAS LEGAIS EM TRAMITAÇÃO

GESTÃO AMBIENTAL

PL 312 de 2015. O plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 312 de 2015, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. O projeto prevê pagamentos monetários e não monetários para a promoção de ações como: i) conservação e recuperação da vegetação; ii) conservação e melhoria da quantidade e da qualidade da água produzidas em bacias hidrográficas; iii) recuperação e recomposição da cobertura vegetal nativa; iv) manejo sustentável de sistemas agrícolas que contribuam para a conservação do solo, da água e da biodiversidade; e v) triagem e coleta individual ou cooperativa de resíduos sólidos recicláveis para o aumento da vida útil dos aterros sanitários. Dentre as áreas elegíveis para o recebimento de pagamento de serviços ambientais estão: i) as cobertas com vegetação nativa; ii) sujeitas a restauração ecossistêmica; iii) unidades de conservação; iv) territórios quilombolas; e v) terras indígenas. São requisitos para que propriedades e agentes privados acessem o PSA: i) inscrição da propriedade no Cadastro

Ambiental Rural (CAR); ii) adimplência em relação a termo de ajustamento de conduta firmado junto aos órgãos competentes; e iii) áreas livres de embargos. O projeto prevê que os valores recebidos como PSA não integrarão a base de cálculo do Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS. Fonte: Novidades Legislativas Ano 22 • Nº 55 • 03 de setembro de 2019 • www.cni.org.br

GESTÃO AMBIENTAL

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E BACIAS HIDROGRÁFICAS

PL nº 3913/2019. Proíbe o licenciamento ambiental de barragens de rejeitos e de barragens de resíduos industriais novas, estabelece regras de segurança e prazo para o descomissionamento das barragens de rejeitos e das barragens de resíduos industriais em construção ou existentes, ativas e inativas, e institui a Taxa de Fiscalização de Segurança de Barragens de Rejeitos (TFsBR). Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

GESTÃO AMBIENTAL

INVENTÁRIO MANEJO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA

PL nº 3962/2019. Altera a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

GESTÃO AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PL nº 3791/2019. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), e altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.

GESTÃO AMBIENTAL

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

BIOÉTICA

PL nº 3915/2019. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, bem como a conduta do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem. Fonte: Informe Ambiental FIESP. Edição 135 | Agosto 2019.